

Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente

Leanne G. Rivlin

City University of New York

Resumo

Este artigo examina alguns dos pressupostos que guiaram os primeiros trabalhos em Psicologia Ambiental e os revisa à luz de perspectivas contemporâneas. Muitos desses pressupostos continuam a ter relevância, mas são necessárias algumas modificações e acréscimos para dar conta do desenvolvimento em idéias e pesquisa ao longo dos anos. É preciso: ir além da pesquisa multidisciplinar, engajando-se no pensamento interdisciplinar e pesquisa em colaboração com pessoas de outras disciplinas; ampliar a atenção com as questões éticas; examinar o papel da tecnologia na vida das pessoas; e reconhecer a natureza holística das transações pessoa-ambiente levando em consideração a diversidade criada por idade, gênero, nível de capacidade/incapacidade, cultura e economia.

Palavras-chave: pressupostos ambientais; perspectiva transacional; aspectos metodológicos; psicologia ambiental

Abstract

This paper examines some of the assumptions that guided early work in environmental psychology and reviews them in light of contemporary perspectives. Many of these assumptions continue to have relevance to later work but some additions and modifications are needed to address developments in thinking and research, over the years. There is a need to go beyond cross-disciplinary research and to engage in interdisciplinary thinking and collaborative research with people of other disciplines; to broaden the attention to ethical concerns; to examine the role of technology in people's lives; and to recognize the holistic nature of person-environment transactions with attention to the diversities created by age, gender, ability/disability level, culture and economics.

Key words: environmental assumptions; transactional perspectives; methodological issues; environmental psychology

Examinar um campo de conhecimento a partir de um ponto de vista que contemple o seu passado, presente e futuro oferece a oportunidade para uma jornada intelectual especial, ao mesmo tempo estimulante e desafiadora. Foi exatamente isso que o Editor deste número da revista Estudos de Psicologia pediu-me que fizesse, ao examinar alguns pressupostos sobre a Psicologia Ambiental que faziam parte do primeiro capítulo do livro *An introduction to environmental psychology*, de autoria de William Ittelson, Harold Proshansky, Leanne Rivlin e Gary Winkel, publicado em 1974. Rever esse texto escrito no passado, refletindo sobre aquelas idéias, foi inspirador. O que apresento a seguir reflete minhas próprias perspectivas sobre o tema, podendo diferir da visão dos outros co-autores daquela obra.

Os anos 1970, quando o livro começou a ser escrito, foram a época inicial de desenvolvimento do campo de ambiente-e-comportamento, pessoa-ambiente, psicologia ambiental,

termos utilizados para identificar essa área de interesse nova e especial. Naquele momento, poucos livros o haviam precedido nesse campo do conhecimento (por exemplo: Alexander, 1964; Proshansky, Ittelson & Rivlin, 1970; Sommer, 1969). Nós estávamos refletindo sobre nossa própria pesquisa e a de outros, a fim de embasar algumas de nossas especulações sobre os dados empíricos. Parecia lógico oferecer um grupo de pressupostos sobre os temas básicos com os quais nos deparávamos. Assim, é a partir dessa tradição que eu hoje reviso o que nós ontem escrevemos.

Definindo Psicologia Ambiental

As primeiras pesquisas em Psicologia Ambiental desenvolveram-se após a Segunda Guerra Mundial, com o aumento do interesse por temas ambientais. Em nosso caso isso foi consequência de estudos realizados nos anos 1960 em setores psiquiátricos de hospitais. Isso poderia ter limitado nossas

perspectivas, mas nos impressionamos com a aplicabilidade daquilo que estávamos fazendo e com suas generalizações para um universo mais amplo.

O primeiro capítulo de nosso livro introdutório (Ittelson et al., 1974) foi intitulado *O homem ambiental*, usando o termo masculino atualmente considerado politicamente inadequado. O substantivo masculino pode ter refletido suposições ocultas naquele momento, um tempo no qual as lutas feministas por igualdade estavam acontecendo. Neste artigo, a palavra “pessoa” substitui “homem” a fim de refletir o significado mais geral que era nossa intenção.

Explicando o significado de Psicologia Ambiental

1. Naquele capítulo apresentávamos um esclarecimento sobre o significado de Psicologia Ambiental, reconhecendo a natureza transacional das relações pessoa-ambiente. Para evitar uma conotação determinista, foi proposto um “intercâmbio dinâmico” entre a pessoa e seu meio, perspectiva muito utilizada no campo de ambiente-comportamento. A abordagem transacional esclarece a dinâmica da inter-relação pessoa-ambiente.

2. O capítulo também tratava dos métodos de campo usados para analisar as inter-relações pessoa-ambiente. Mais do que conduzir estudos em laboratórios, abordagem muito empregada por psicólogos e outros cientistas sociais, o mundo tornou-se o local de pesquisa e os estudos eram realizados em lugares da vida diária. Isso não significa que o laboratório é obsoleto, pois há questões de pesquisa que exigem o controle que só é possível em um local confinado. No entanto, os estudos que realizamos costumam exigir uma estratégia de campo na qual as pessoas são observadas e entrevistadas como componentes do seu meio, o que facilita a validade ecológica do trabalho, conceito que se refere à possibilidade da pesquisa refletir a natureza do ambiente no qual a mesma está baseada ou inserida.

3. A natureza multidisciplinar de nossos estudos também foi mencionada no capítulo. Tendo realizado extensas revisões da literatura relevante para nossa pesquisa em hospitais, e estando envolvidos com grande número de artigos para nossa coletânea de trabalhos na área (Proshansky, Ittelson & Rivlin, 1970), estávamos conscientes de que a literatura proveniente de uma só disciplina era insuficiente para abastecer nosso trabalho. Esse entendimento persiste e se expandiu ao longo dos anos, com a crescente ênfase de natureza interdisciplinar de nossos interesses. Ele também levou a um trabalho de caráter colaborativo entre pesquisadores de diferentes disciplinas, uma das aproximações de maior sucesso em estudos ambientais. Uma mistura rica de disciplinas na implementação de um programa e em pesquisa pode facilitar o desenvolvimento do pensamento interdisciplinar, tão útil para nosso trabalho.

Ao pesquisar o fenômeno dos sem-teto nos Estados Unidos, verifiquei que uma literatura importante provinha de arquitetura, planejamento, geografia, sociologia, antropologia, ciência política, psiquiatria e economia, além da psicologia. Cada uma dessas disciplinas tratava de diferentes facetas da questão, sendo componentes essenciais para a compreen-

são do que estava ocorrendo: porque a quantidade de sem-tetos aumentava nos Estados Unidos, quem sofria o impacto desse fato, e as justificativas para as políticas adotadas pelos governos local e federal para enfrentar a crise (Rivlin, 1986, 1990).

4. A explicação da Psicologia Ambiental também fazia referência ao seu vínculo com os problemas sociais, o que ajuda a explicar porque muitas disciplinas estão envolvidas. As primeiras pesquisas nesse campo nascente abrangiam uma variedade de temas e locais, desde o ambiente construído, a vida urbana e suburbana, até áreas naturais. Estes ainda são temas de pesquisa contemporânea, aos quais acrescenta-se uma nova geração de interesses. Nos primeiros anos foi dada atenção a privacidade, aglomeração, comportamento territorial, espaço pessoal, mapeamento cognitivo e personalização dos espaços.

Embora esses tópicos ainda possam ser encontrados em artigos de periódicos, anais de eventos e livros, eles hoje se juntam a trabalhos sobre conexão e apego ao lugar, relações de vizinhança, habitação, locais para idosos, escolas e gênero. Há mais pesquisas sobre ambientes para crianças e adolescentes (escolas e espaços ao ar livre) e trabalhos sobre espaços e vida públicos. A atenção para com os impactos da tecnologia também tem aumentado, refletindo a sua presença cada vez maior em nossas vidas.

5. Para uma explicação da Psicologia Ambiental havia ainda dois outros pontos inter-relacionados. O primeiro referia-se ao papel do ambiente na oferta de imagens do passado, do presente e, possivelmente, do futuro, algumas de natureza agradável e outras desafiadoras, ou até assustadoras. Nessa noção, o ambiente é um contexto com o qual as pessoas estão integradas, e que provê ordem, desordem, diversidade, estimulação e imagens - muito do que nós atualmente explicamos com o uso do termo “identidade de lugar”, ou “*place identity*” (Proshansky, Fabian & Kaminoff, 1983).

O segundo ponto lidava com o fato do ambiente estar em constante mudança, exigindo atenção permanente das pessoas. Novas tecnologias, incremento da decadência urbana, desastres naturais e causados pelo ser humano, mudanças ecológicas profundas e aumento populacional em muitas partes do mundo, tudo isso leva à necessidade de um “ambiente de sobrevivência” (Ittelson et al., p. 7). Impossível não lembrar o aforismo de que, quanto mais as coisas mudam, mais elas permanecem as mesmas. Esses desafios contínuos têm aumentado ao longo dos últimos anos, e estão agora acrescidos de ameaças de guerra e terrorismo em muitas partes do mundo, com impacto na vida das pessoas.

Os pressupostos básicos do campo

Naquele primeiro capítulo também foi estabelecido um conjunto de pressupostos a fim de oferecer uma visão geral da experiência ambiental humana. Revê-los oferece uma outra oportunidade para apreciar o desenvolvimento do campo das relações pessoa-ambiente.

1. O primeiro pressuposto refere-se à natureza do ambiente e ao modo como as pessoas vivenciam o mundo: “O ambiente é experienciado como um campo unitário” (Ittelson

et al., p. 12). Apesar de haver uma relação transacional entre a pessoa e o ambiente e de haver no ambiente mais do que se pode perceber (Ittelson, 1973), a experiência é holística por natureza, vivida pelas pessoas como um todo. Isso não significa que suas dimensões não possam ser lembradas separadamente, e sim que a natureza fenomenológica da experiência proporciona um sentido de campo unitário.

Tal realidade tem profundas implicações conceituais e metodológicas. Significa que as experiências de se movimentar através dos ambientes da vida diária são integradas em uma série de lugares e eventos, alguns dos quais mais estimulantes do que outros. Também sugere que uma vida que envolva lugares e experiências repetitivas, com *settings* e pessoas familiares, pode oferecer uma visão de mundo muito diferente daquela proporcionada por uma vida em contínua mudança. Havia pouca previsibilidade no mundo vivenciado pelas famílias sem-teto que estudei: ao longo do tempo eles dormiam em abrigos variados, as crianças freqüentavam escolas diversas, e havia poucas oportunidades para desenvolver um senso de lugar a partir das constantes mudanças ambientais que eles estavam experienciando.

As implicações metodológicas de um campo unitário não foram tratadas naquele capítulo. Contudo, levantava-se a questão de como o pesquisador deveria enfrentar aquilo que é percebido como uma experiência unitária, holística, embora mutável. Os anos subseqüentes revelaram alguns modos de se enfrentar esse dilema. Um deles é o uso de múltiplos métodos a fim de identificar os componentes das experiências dos indivíduos. Por exemplo, combinando observações daquilo que acontece e entrevistas com as pessoas envolvidas, o pesquisador pode começar a compreender a natureza da experiência vivida (Hayward, Rothenberg & Beasley, 1974; Rivlin & Wolfe, 1985). O uso de autobiografias ambientais acompanhadas de entrevistas, com desenhos e fotografias produzidas pelos respondentes, pode desvendar as qualidades tanto de lares anteriores quanto dos significados ambientais associados a eles (Cooper Marcus, 1995).

A identificação da dinâmica que elementos específicos da experiência de lugar de uma pessoa pode evocar, e o uso de procedimentos de escrita, fotografia e desenho, podem desvendar pelo menos algumas das partes constituintes daquilo inicialmente percebido como um campo unitário. Estes métodos também agem como incitantes da memória, estimulando as imagens enterradas no passado da pessoa.

Cooper Marcus (1995) descreve algumas outras experiências que têm impacto nos sentimentos relacionados a habitações anteriores e lembranças das mesmas. A “casa perdida” devido a razões como incêndio, divórcio, empobrecimento ou relocação por mudança de emprego, pode evocar memórias dolorosas da perda de amigos, familiares, vizinhos e qualidades específicas do local, como jardins, lugares estimados e espaços confortáveis. A mistura de pessoas e lugares que constitui a memória de um lar não é fácil de ser substituída, mas suas lembranças persistem e podem ser evocadas.

2. “A pessoa tem qualidades ambientais tanto quanto características psicológicas individuais” (Ittelson et al. p. 12). Esse segundo pressuposto indica que as pessoas são com-

ponentes do ambiente, criando um “processo de feedback cíclico” que é “instrumental para mensuração do comportamento humano em determinado meio físico” (pp. 12-13).

Cada pessoa presente em um local contribui para o que está acontecendo ali, mesmo sendo silenciosa, passiva. Essa pessoa ocupa um espaço, é um componente da densidade, “se faz presente”, podendo atuar naquilo que está acontecendo e influenciar outros que estejam no local. Este fenômeno é especialmente evidente em instituições, escolas, hospitais psiquiátricos, prisões e similares, mas também acontece em outros locais. Professores compreendem essa dinâmica ao sentirem o impacto da ausência de um estudante em um determinado dia. Toda a dinâmica da turma pode ser alterada pelo conjunto dos presentes. Pessoas são componentes daquilo que está acontecendo, do nível sonoro e da ambiência; sua chegada, sua aparência visual e suas reações podem permear os demais, influenciando a atmosfera e as atividades.

3. O terceiro pressuposto indica que “não há ambiente físico que não esteja envolvido por um sistema social e inseparavelmente relacionado a ele” (Ittelson et al., p. 13). Esse continua a ser considerado um componente essencial do ambiente, mas o aumento da diversidade de pesquisa em nosso campo ampliou a compreensão de que as dimensões cultural, econômica e política também são parte desse envoltório. Isso reflete nossa perspectiva interdisciplinar e é reificado nos problemas investigados por muitos pesquisadores ambientais. Quer o estudo lide com moradia, locais para cuidado com a saúde, ou espaços de lazer, as formas físicas e custos financeiros dessas estruturas estão enraizados no sistema político e econômico no qual cada uma delas foi produzida e é mantida.

A ênfase no meio social resulta diretamente do *background* dos autores ser em Psicologia. Em retrospecto, esse pressuposto não contemplou inteiramente os outros domínios que têm impacto no ambiente físico, apesar de nossos pleitos interdisciplinares. Um pressuposto mais acurado seria: o ambiente físico está envolvido pelos sistemas social, econômico, político e cultural nos quais se encontra e é inseparavelmente relacionado a eles.

4. “O grau de influência do ambiente físico no comportamento varia de acordo com o comportamento em questão” (Ittelson et al., p. 13) é o quarto pressuposto. Se as várias fontes do tipo, forma e qualidade do ambiente forem integrados no inter-relacionamento ambiente-comportamento, incluindo os aspectos cultural, econômico, social e político, as influências podem ser tanto sutis quanto poderosas. Essa concepção original do pressuposto estava baseada no desejo de evitar o pensamento determinista, o que era importante tanto naquela época quanto atualmente. Contudo, a inter-relação pessoa-ambiente tem impacto tanto imediato quanto de longo-prazo, sendo dificultada pelas fontes de valores, normas e hábitos em contexto.

O exemplo de igrejas e escolas foi usado na formulação original desse pressuposto. “Igrejas bonitas não transformam ateus em crentes, nem escolas bonitas necessariamente educam o ignorante” (Ittelson et al., p. 13). Esta perspectiva um tanto simplista falha no tratamento daquilo que pode ser

considerado como variáveis intervenientes. Uma igreja bonita pode comunicar um significado estético cósmico ou profundo a não-crentes, mesmo que isso não os converta ao sistema de crenças específico associado ao local. Escolas sujas e deterioradas podem fazer com que as crianças que as frequentam apresentem maior índice de faltas e aprendizagem em níveis inferiores aos obtidos por alunos de escolas em melhores condições físicas (Duran, 2002; Rivlin & Wolfe, 1985).

Isto sugere que a inter-relação entre o ambiente físico e o comportamento é extremamente complexa e as origens de seus impactos no comportamento são realmente difíceis de identificar, ao menos por enquanto. Várias abordagens têm auxiliado nossos esforços: métodos estatísticos cujo poder tem aumentado (ver Bechtel & Churchman, 2002), múltiplos métodos, estudos comparativos e pesquisa longitudinal. Esta última, embora apresente altos custos em tempo e pessoal necessários, pode fornecer dados que tratam de modo complexo a idéia dessas “influências”.

5. O quinto pressuposto indica que “o ambiente frequentemente opera abaixo do nível de consciência” (Ittelson et al., p. 13), sugerindo que a pessoa se torna consciente do ambiente quando algo muda nele e é preciso adaptar-se a isso.

Há várias explicações a respeito de comportamentos “fora da consciência”. Modos de vida bem sucedidos ocorrem quando as pessoas adquirem padrões de comportamento que lhes capacitam a atingir seus objetivos em vários tipos de ambiente. Quer seja um ambiente de trabalho, uma sala de aula ou um espaço público para lazer, a pessoa chega ao local com a intenção de realizar alguma coisa. Se os locais estão modificados cada vez que a pessoa chega, haverá necessidade de um período de adaptação, que pode implicar uma alteração no tempo requerido para a consecução dos objetivos. As mudanças também podem exigir esforços da pessoa para alterar o local e facilitar a realização das atividades planejadas.

Por exemplo, sempre que uma família sem-teto é enviada para outro abrigo seus integrantes precisam lidar com o novo local, conhecê-lo, para, então, tentar configurar seu espaço de modo a satisfazer suas necessidades. As crianças frequentemente mudam de escola e, antes de se sentirem seguras para começar a assimilar aquilo que lhes é ensinado, precisam aprender algo sobre o novo ambiente, sobre como lidar com as qualidades do ambiente e das pessoas que lá estão. O atributo “fora da consciência” não significa que as pessoas não estão sendo afetadas pelo ambiente, mas sim que elas adquiriram senso de estabilidade e nível de adaptação suficientes para permitir que se concentrem em suas próprias metas no local. Assim, quando indagadas sobre aspectos do ambiente, elas podem apontar coisas de que gostam e de que não gostam, além do que se faz necessário para melhorar a situação, embora possam não estar aptas a descrever todos os detalhes existentes no local.

6. “O ambiente ‘observado’ não é necessariamente o ambiente ‘real’” (Ittelson et al., p. 13) é o sexto pressuposto. Tentava-se, assim, reconhecer as diferenças individuais, geradoras de diferentes percepções do que estava lá. Embora “personalidade, *background* étnico, crença religiosa, ou sim-

plesmente o humor do momento” (p. 13) tenham impacto sobre o que é observado, há outras influências adicionais sobre esse processo, incluindo, entre outros, gênero, idade, *status* sócio-econômico e bagagem cultural.

Além disso, há a questão sobre o que “real” significa à luz dessas diferenças. “Real” para quem? Em que circunstâncias? De que maneira? Não é verdade que o mesmo local pode ser percebido diferentemente em diferentes momentos?

Pode haver outro modo de formular este pressuposto para que ele venha a refletir as diferenças individuais entre pessoas de diversas culturas, religiões, estágios de vida, gênero, condições econômicas, personalidades e humores. Encarar estes aspectos como criadores de uma “distorção do mundo objetivo” (Ittelson et al., p. 13) suscita a questão de se é possível observar aquele mundo sem qualquer “distorção”. Pessoas com experiências de vida similares podem enxergar o mundo de modo similar, mas não necessariamente idêntico. Também há considerável sobreposição entre percepções, mas o grau com que isso ocorre não é claro.

Algumas evidências podem vir do treino necessário para que observadores atinjam os níveis aceitáveis da confiabilidade exigida em uma pesquisa sistemática, envolvendo tempo e clareza consideráveis para a descrição do que está sendo observado. Ao final, algumas pessoas podem nunca atingir um nível aceitável de concordância com outros membros da equipe de pesquisa, apesar dos esforços para se obter um consenso.

7. “O ambiente é organizado como um conjunto de imagens mentais” (Ittelson et al., p. 14) é o sétimo pressuposto. Enquanto percepções podem ser consideradas como um conjunto de imagens, a cognição como um todo sofre o impacto das expectativas e dos objetivos pessoais, os quais, por sua vez, levam a pontos de vista seletivos que afetam o papel dessa mesma pessoa no ambiente. Tais cognições permitem que as pessoas transitem de modo ordenado em seus mundos. Isso presume, no entanto, que suas vidas são relativamente imutáveis, embora saibamos que, ao longo do tempo, as pessoas nunca caminham pelas mesmas ruas, vêem os mesmos conjuntos de estranhos, frequentam os mesmos locais. Os componentes desses ambientes modificam-se constantemente. Há mudanças sazonais e eventos de impacto mundial, assim como alterações na gestão dos lugares. Usualmente as pessoas enfocam os aspectos familiares do ambiente para sentir que estão no percurso certo, na vizinhança, edifício, escritório ou sala de aula correta.

Há atributos dos locais que facilitam a aquisição de imagens mentais úteis às pessoas. A pesquisa de Kevin Lynch (1960, 1981) sobre a “imageabilidade” de áreas urbanas exemplifica o tipo de pistas visuais que podem dar suporte à cognição ambiental. Lynch (1984) e outros (Carr, Francis, Rivlin & Stone, 1992) expandiram tal perspectiva ao valorizar as indicações provenientes dos outros sentidos para a criação das imagens mentais.

Estabilidade e previsibilidade são necessárias para a movimentação confortável entre os ambientes que constituem uma vida. Para algumas pessoas falta essa “certeza ambiental”, entre as quais estão os desabrigados adultos e

crianças, incluindo os sobreviventes de guerras e terrorismo, cujas imagens mentais não têm a estabilidade disponível para os demais. Este é um tema que interessa aos psicólogos ambientais, mas há pouca evidência que venha a esclarecer a afirmação fenomenologicamente desenvolvida: “ambiente internalizado que dá forma ao mundo visível” (Ittelson et al., p. 14).

8. “O ambiente tem valor simbólico” (p. 14) é o último pressuposto e apresenta as dimensões visíveis e invisíveis dos locais. Na descrição desse pressuposto é feita uma breve menção a identidade do lugar, noção que oferece uma perspectiva útil a respeito de significados simbólicos. A identidade do lugar, desenvolvida nos trabalhos de Harold Proshansky (ver, por exemplo, Proshansky et al., 1983), reconhece a contribuição do ambiente para a formação da identidade da pessoa, processo no qual as lembranças simbólicas assumem um papel significativo.

A proposta de identidade do lugar de Proshansky e as idéias sobre identidade espacial de Fried (1963) oferecem meios para examinar a contribuição do ambiente físico para a formação da identidade. Os significados simbólicos que se desenvolvem ao longo do tempo estão contidos nas lembranças tanto de ambientes específicos quanto das pessoas lá presentes (domínio sócio-físico), e também nos elementos simbólicos dos locais que nos fazem lembrar de alegrias, prazeres, qualidades estéticas e terror. Eles se tornam componentes das conexões das pessoas com os lugares e do seu apego aos mesmos, evocados por sentimentos positivos ou negativos (Altman & Low, 1992).

Um exemplo marcante pode ser encontrado no local da destruição do *World Trade Center*, em Manhattan, Nova York. Nos primeiros dias após o evento, as pessoas iam para lá apesar dos esforços para manter a área isolada para a retirada de corpos e remoção de destroços. Os visitantes continuavam a chegar e muitos deles deixavam recordações tanto nas redondezas do desastre quanto em outros locais. Postos do corpo de bombeiros e delegacias de polícia que haviam perdido membros de seus quadros passaram a receber símbolos do sacrifício desses trabalhadores. Esses monumentos informais eram cobertos com flores, bandeiras, fotografias de vítimas identificadas e de pessoas que estavam desaparecidas (muitos deixados lá em um esforço para localizar familiares e amigos).

Atualmente tenta-se selecionar propostas para a reconstrução apropriada do local, incluindo monumentos em tributo dos desaparecidos. Tem havido considerável discordância pública com as sugestões disponíveis e os símbolos a serem incorporados ao design, refletindo diferentes opções estéticas e compromissos a serem atendidos.

Dimensões simbólicas da vida diária são aspectos poderosos do ambiente e meios para as pessoas pensarem a respeito de si próprias. Seu reconhecimento tem aumentado ao longo de anos de reflexão sobre o ambiente. Além dos muitos símbolos do passado (tais como locais para práticas religiosas, edifícios governamentais, áreas naturais, locais de resistência e monumentos como a Estátua da Liberdade no porto de Nova York), também há novos elementos que surgem a

partir da vida contemporânea, que são símbolos poderosos e atraem visitantes de muitas partes do mundo.

O Memorial dos Veteranos do Vietnã, em Washington, DC, é um exemplo disso, também controverso à época em que seu design foi proposto. Na simples, mas também complexa, parede curva desenhada por Maya Ying Lin, estão gravados os nomes daqueles que morreram na guerra a serviço das forças armadas. Para muitos ela evoca uma forte mensagem anti-guerra (Carr et al., 1992). Os visitantes também deixam ali recordações, fotografias, flores e lembranças familiares; o local se tornou um exemplo tangível do poder das mensagens simbólicas na vida das pessoas.

Alguns novos pressupostos

Embora os pressupostos iniciais permaneçam úteis, eles são acrescidos de outros não totalmente reconhecidos naqueles estágios iniciais da área. Menciono, a seguir, alguns deles.

1. O aumento da quantidade de tecnologia na vida das pessoas criou novas dimensões ambientais que têm impacto nas atividades diárias. Para aqueles que tem acesso a computadores e navegam na internet, existe um novo ambiente, um novo domínio no qual estão envolvidos. As generalizações que vimos criando para o mundo físico podem não se aplicar a este ambiente virtual. De fato, questiona-se se isso é um ambiente, o que torna necessário avançar no estudo desse domínio e do seu papel na vida das pessoas.

Além da internet há muitos desenvolvimentos tecnológicos que estão alterando os ambientes de trabalho, habitação e lazer, levantando temas que exigem atenção.

2. Os aspectos éticos da pesquisa e da prática ambientais também exigem uma reflexão contínua; questão que vai além dos comitês de revisão institucional que fiscalizam a pesquisa em vários países. Questiona-se a necessidade de realizar todas as pesquisas que são propostas (Rivlin, 2002).

Além disso, mandar para campo, sobretudo para áreas não familiares e difíceis, assistentes de pesquisa, especialmente estudantes, sem treinamento e supervisão adequados, levanta preocupações éticas que podem ser menosprezadas. É preciso uma instância ética que considere todos os estágios de um estudo, da seleção de tópicos à escolha de métodos, treinamento dos pesquisadores, condução do estudo e publicação dos resultados finais. Uma nova forma de acompanhamento institucional se faz necessária, para se tornar um comitê comunitário permanente para as questões éticas levantadas durante tais estudos, as quais são hoje ignoradas ou relegadas ao discernimento dos pesquisadores.

3. Finalmente, como mencionado antes, precisamos ser lembrados da natureza holística da experiência ambiental. Essa visão sobre a vida das pessoas frequentemente é omitida na conceituação das pesquisas e na análise dos dados. Ainda que seja útil refletir sobre aspectos individuais da interação ambiental, também é essencial reunir tais partes. Focalizar ambientes de trabalho sem tratar de sua distância da moradia, sua relação com as atividades de lazer e seu papel na educação dos trabalhadores, pode gerar uma análise incompleta do significado desses ambientes.

Na visão holística, um componente da nova perspectiva se relaciona à dimensão temporal na vida das pessoas, frequentemente omitida na pesquisa em design, embora a experiência holística seja parte das vinte e quatro horas diárias, dos sete dias da semana, dos meses (que dependem do tipo de calendário utilizado), e da visão do que constitui o ano. Ainda que as pessoas vivam em ciclos de dias, semanas, meses e anos que cobrem suas vidas. Ainda que os pesquisadores costumem coletar seus dados apenas em suas horas de trabalho. Raramente problemas como clima, estações e mudanças na temperatura são abordados como componentes da pesquisa em design, a menos que o estudo seja sobre espaços externos. Este é um assunto que exige reflexão e ação, especialmente para aqueles engajados em teoria e pesquisa ambientais.

Esta jornada através dos primeiros estágios do pensamento em Psicologia Ambiental ofereceu uma oportunidade para revisar velhas e novas perspectivas, e contemplar os caminhos que a Psicologia Ambiental e campos correlatos têm percorrido ao longo dos anos. Em muitos sentidos somos novatos em nossa especialidade, sobretudo quando a comparamos com disciplinas mais antigas com as quais colaboramos. É útil, contudo, realizar uma revisão crítica do trabalho e trazer à tona temáticas e perspectivas que continuam a exigir reformulação. Sou grata por esta valiosa experiência.

Referências

- Alexander, C. (1964). *Notes on the synthesis of form*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Altman, I., & Low, S. M. (Orgs.). (1992). *Place attachment*. Nova York: Plenum.
- Bechtel, R. B., & Churchman, A. (Orgs.). (2002). *Handbook of Environmental Psychology*. Nova York: John Wiley & Sons.
- Carr, S., Francis, M., Rivlin, L.G., & Stone, A.M. (Orgs.). (1992). *Public space*. Nova York: Cambridge University Press.
- Cooper Marcus, C. (1995). *House as mirror of the self: Exploring the deeper meaning of home*. Berkeley, Califórnia: Conari Press.
- Duran, V. (2002). *School building decay and academic achievement in New York City public schools*. Manuscrito não-publicado, City University of New York Graduate Center, Nova York.
- Fried, M. (1963). Grieving for a lost home. In L. Duhl (Org.), *The urban condition* (pp. 151-171). Nova York: Basic Books.
- Hayward, D. G., Rothenberg, M., & Beasley, R. R. (1974). Children's play and urban playgrounds: A comparison of traditional, contemporary and adventure playground types. *Environment and Behavior*, 6(2), 131-168.
- Ittelson, W. H. (1973). *Environment and cognition*. Nova York: Seminar Press.
- Ittelson, W. H., Proshansky, H. M., & Rivlin, L. G. (1970). The environmental psychology of the psychiatric ward. In H. M. Proshansky, W. H. Ittelson & L. G. Rivlin, (Orgs.), *Environmental psychology: Man and his physical setting* (pp. 419-439). Nova York: Holt, Rinehart & Winston.
- Ittelson, W. H., Proshansky, H. M., Rivlin, L. G. & Winkel, G. H. (1974). *An introduction to Environmental Psychology*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston.
- Lynch, K. (1960). *The image of the city*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press & Harvard University Press.
- Lynch, K. (1981). *A theory of good city form*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Lynch, K. (1984). Reconsidering "The image of the city". In L. Rodwin & R. M. Hollister (Orgs.), *Cities of the mind: Images and scenes of the city in the social sciences* (pp. 151-161). Nova York: Plenum.
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3, 57-83.
- Proshansky, H. M., Ittelson, W. H., & Rivlin, L. G. (1970). *Environmental Psychology: Man and his physical setting*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston.
- Proshansky, H. M., Ittelson, W. H., & Rivlin, L. G. (1976). *Environmental psychology: People and their physical settings*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston.
- Rivlin, L. G. (1986). A new look at the homeless. *Social Policy*, 16(4), 3-10.
- Rivlin, L. G. (1990). The significance of home and homelessness. *Marriage and Family Review*, 15(1/2), 19-56.
- Rivlin, L. G. (2002). The ethical imperative. In R. B. Bechtel & A. Churchman (Orgs.), *Handbook of Environmental Psychology* (2ª ed., pp. 15-27). Nova York: John Wiley & Sons.
- Rivlin, L. G., & Wolfe, M. (1985). *Institutional settings in children's lives*. Nova York: John Wiley & Sons.
- Sommer, R. (1969). *Personal space: The behavioral basis of design*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.

Nota

- ¹ Traduzido de original em língua inglesa por Gleice A. Elali, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (SP), professora adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Leanne G. Rivlin, Ph.D. em Psicologia do Desenvolvimento, Columbia University (EUA), é professora titular na Universidade da Cidade de Nova York (EUA). Endereço para correspondência: CUNY Graduate Center, 365 Fifth Avenue, New York, NY 10016. Tel.: (212) 8817-8725. Fax: (212) 817-15533. Email: lrivlin@gc.cuny.edu